

O jornalismo paranaense e a ditadura: uma análise entre dois jornais do paraná no início da ditadura e na eleição de Tancredo Neves

Luis Fernando Zandoná Salom
Ivan Mizanzuk

Resumo:

Os jornais definem o que será apresentado ao seu público e essa seleção obedece a regras e interesses do veículo, essa seleção pode ser chamada de linha editorial. Para exemplificar esta seleção nesta monografia dois jornais impressos do estado do Paraná são colocados frente à frente para que seja discutido de que forma os mesmos acontecimentos são entregues pelas mídias ao público.

Com a aplicação da teoria do agendamento em dois objetos distintos no período do golpe militar de 1964 e a eleição de Tancredo Neves em 1985, esta monografia vai analisar características textuais que possam estar presentes em um dos objetos e não estejam no outro e ainda buscar identificar características políticas no discurso apresentado no objeto de pesquisa.

Palavras-chave: Jornalismo; ditadura; Gazeta do Povo; O Estado do Paraná.

Abstract:

Newspapers define what will be presented to your audience and this selection follows the rules and interests of the vehicle, this selection may be called the editorial line. To illustrate this selection in this monograph two newspapers of the state of Paraná are placed face to face so that it is discussed how the same events are delivered by the media to the public.

With the application of scheduling theory in two different objects in the military coup period of 1964 and the election of Tancredo Neves in 1985, this monograph will analyze textual features that may be present in one of the objects and not in the other and still seek to identify political characteristics in speech presented in the search object.

Keywords: Journalism; dictatorship; Gazeta do Povo ; O Estado do Paraná.

Introdução

O jornalismo tem como uma das premissas básicas a imparcialidade, caso contrário o receptor estaria tendo acesso à opinião do jornalista e isso causaria a perda da credibilidade e a premissa imparcialidade. Contudo, atualmente sabe-se que a imparcialidade é impossível de ser atingida. O jornalista deixa seus vestígios ao escrever uma matéria na escolha da palavra, editar um vídeo ou um áudio na escolha da fala e até mesmo quando tira uma foto na escolha do enquadramento.

Além do jornalista outros fatores internos do jornal podem ser detentores do poder de decisão do que deve ou não ser notícia, a linha editorial da instituição, a estrutura social, a rotina produtiva, etc. De maneira oposta existem fatores externos que podem influenciar a produção das notícias, como por exemplo um regime militar que restringe a democracia através da censura. Em tempos de democracia plena os fatores externos também existem e são exercidos por instituições comerciais do mercado. A principal diferença é que no período do regime militar o motivo é ideológico enquanto que na democracia é financeiro.

As datas foram selecionadas para que houvesse a mudança no fator de influência externa e dessa forma as diferenças ficassem visíveis. A Gazeta do Povo e O Estado do Paraná são os objetos de pesquisa deste artigo tendo em vista que eram os jornais impressos de maior visibilidade. O objetivo realizar uma leitura das capas das datas chave do golpe militar e da eleição de Tancredo Neves e analisar as características empregadas nas notícias..

Método

Em 31 de março de 1964 os militares realizaram um movimento para livrar o país da corrupção, do comunismo e para recolocar o país no caminho da democracia. No dia 1º de abril o país despertou sob um novo líder político. As forças armadas não encontraram resistências populares, ao contrário, recebeu apoio de alguns setores (FIECHTER, 1974, p. 53).

Com efeito, como já se disse, formara-se, para derrubar o governo de Jango, uma ampla e diferenciada frente, com denominadores comuns muito genéricos: salvar o país da subversão e do comunismo, da corrupção e do populismo. E restabelecer a democracia. Funcionando como

cimento, unindo a todos, o medo de que um processo radical de distribuição de renda e de poder pudesse sair dos controles e levar o país à desordem e ao caos. (REIS, 2000 p. 33)

João Goulart foge para o sul do país e deixa vago o cargo de presidente, o Presidente do Senado Auro de Moura Andrade cumprindo o disposto no art. 79 da constituição dá posse ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, logo nas primeiras horas do dia 2 de abril de 1964. Na manhã seguinte Goulart parte para o Uruguai, renunciando qualquer possibilidade de retorno ao poder. “A ação foi tão rápida, a vitória tão completa e a ausência de qualquer reação tão flagrante que todos ignoram os contornos políticos do novo regime” (FIECHTER, 1974, p. 53).

Os políticos que apoiaram o movimento militar acreditavam que os soldados voltariam aos seus quartéis assim como acontecera em anos anteriores, dessa forma no dia 8 de abril de 1964 apresentaram um projeto de “lei de urgência” que validava as medidas tomadas pela frente militar. No dia seguinte, em uma ação unilateral os ministros da Marinha, Exército e Aeronáutica publicaram o Ato Institucional (AI) nº 1, formalizando a permanência da Constituição Federal (CF) de 1946, salvo alterações contidas no próprio AI-1.

O objetivo deste ato era reforçar o poder do executivo e reduzir o campo de ação do congresso. Apesar disso, o regime militar manteve o Congresso em funcionamento. A Câmara dos Deputados tinham 30 dias para analisar os projetos de lei, o prazo era o mesmo para o Senado, caso não fosse votado no tempo estipulado era considerado aprovado, portanto muitas leis foram aprovadas “por decurso do prazo”. Além disso, todas as leis que pudessem aumentar a despesa pública deveriam partir do presidente da República.

Os parlamentares tiveram sua imunidade suspensa para que os mandatos e direitos políticos fossem cassados quando necessário. A estabilidade dos funcionários públicos foi suspensa por seis meses garantindo a possibilidade da demissão sem ônus para o governo. O ato criou base para a elaboração de Inquérito Policial-Militar (IPM) para crimes contra o Estado ou seu patrimônio, contra a ordem política e social, ou por atos de guerra revolucionária. Em 1964 49 juízes foram desligados de suas atividades e 50 parlamentares perderam seus mandatos

O AI-1 estabeleceu uma eleição indireta para o cargo de presidente da República no dia 15 de abril de 1964, o eleito foi o general Humberto de Alencar Castelo Branco, com mandato até 31 de janeiro de 1966, eleição de substituição agendada para 3 de outubro de 1965.

A partir das alterações na Constituição Federal tiveram início diversas perseguições a inimigos do regime militar, envolvendo inclusive prisões e torturas. Porém, o sistema ainda não era integralmente fechado, havia a possibilidade do *Habeas Corpus* em tribunais e a imprensa era relativamente livre. (FAUSTO, 2014, p. 257-258).

Foi através de denúncias do jornal Correio da Manhã que Castelo Branco determinou a investigação de casos de tortura, contudo, o caso foi arquivado pelo general Ernesto Geisel por insuficiência de provas. Mas, por algum tempo, a tortura deixou de ser praticada.

Em junho de 1964 o governo criou uma das armas mais importantes para controle dos cidadãos, o Serviço Nacional de Informações (SNI), idealizado pelo general Golbery do Couto e Silva. Seu principal objetivo era coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional, à contrainformação e à informação sobre questões de subversão interna.

Na prática, transformou-se em um centro de poder quase tão importante quanto o Executivo, agindo por conta própria na “luta contra o inimigo interno”. O general Golbery chegou mesmo a tentar justificar-se, anos mais tarde, dizendo que sem querer tinha criado um monstro. (FAUSTO, 2014, p. 259).

O governo de Castelo Branco tinha como objetivo implantar uma “democracia restringida”. Depois de executar o plano previsto no AI-1 teve que enfrentar a situação financeira do país. Para isso precisou reformar o sistema econômico capitalista do país, primeiramente para benefício do próprio país e depois para afastar de vez o comunismo. Tendo em vista este objetivo Castelo Branco lançou o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) para reduzir o déficit do setor público, adquirir crédito privado, reduzir salários e evitar que os Estados endividassem sem autorização federal. Para o aumento da arrecadação federal foram cortados gastos em muitos setores: fim do subsídio à produtos básicos, compressão dos salários através de cálculos abaixo da inflação, fim da estabilidade de serviço e criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Para aumentar as arrecadações a PAEG criou a correção

monetária para o pagamento de impostos em atraso, aumento na tarifa de energia elétrica e outros serviços. (*Ibid.*, p. 260).

A PAEG conseguiu reduzir os gastos públicos, em 1963 o déficit era de 4,2% do PIB, em 1965 este percentual caiu para 1,6% e em 1966 o Brasil teve um PIB positivo.

A implantação de um regime autoritário no país facilitou a ação do governo. Para poder funcionar, qualquer plano de estabilização dependia de sacrifícios por parte da sociedade. Nas condições da sociedade brasileira e da percepção dos atores políticos, isso era coisa difícil de se alcançar no âmbito da democracia. (FAUSTO, 2014, p. 261).

Em outubro de 1965 aconteceram eleições para 11 estados brasileiros e os militares foram derrotados em alguns estados, devido ao arrocho salarial a classe média estava sem dinheiro e portanto, insatisfeita. Essas derrotas alarmaram o grupo linha dura, militares de oposição à Castelo Branco. Eles pregavam a implantação de um regime autoritário, bem mais rígido que a democracia restrita de Castelo Branco.

Pressionado pelos linha dura Castelo Branco se viu obrigado a lançar o AI-2 apenas 24 dias depois das eleições estaduais. Neste novo ato Castelo Branco definiu que a eleição para o cargo de presidente da República e vice-presidente seriam realizadas pela maioria absoluta no Congresso, em uma sessão pública com votação nominal. Além disso, reforçou os poderes do presidente da República ao definir que poderia implantar decretos-lei cujo assunto fosse a segurança nacional, dessa forma, Castelo pode legislar da forma que julgou necessária sem depender do Congresso. Outra medida importante imposta pelo AI-2 foi a extinção dos partidos políticos, restando apenas o Aliança Renovadora Nacional (Arena) para os pró-governo e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para a oposição.

Após o fechamento do Congresso por um mês em outubro de 1966 Castelo Branco o convocou para aprovar uma nova Constituição Federal, o texto juntou todas as alterações feitas até então, com exceção da autorização de novas cassações de mandato e suspensão de direitos político.

Apesar dos esforços do grupo castelista, não conseguiram fazer com que o sucessor de Castelo Branco fosse eleito, em março de 1967 o general Artur da Costa e Silva fora empossado juntamente com seu vice civil Pedro Aleixo. Costa e Silva era

apoiado pela linha dura, porém não era de fato linha dura, ele esteve bastante ligado à política de liberação restrita de Castelo Branco.

Em 1968 os movimentos opostos ao governo ganharam força. Um gatilho para as manifestações neste ano fora a morte de um estudante pela Polícia Militar do Rio de Janeiro durante uma manifestação no mês de março. Novos casos de violência surgiram e deram forças às mobilizações maiores, reunindo estudantes, representantes da igreja e a classe média. Em junho de 1968 houve o ápice das manifestações com a passeata dos 100 mil e simultaneamente ocorreram duas fortes greves operárias, Contagem em Belo Horizonte e Osasco em São Paulo. A greve de Contagem foi espontânea e organizada somente pelos operários, enquanto a de Osasco houve participação de estudantes de esquerda juntamente com operários, levando a invasão de uma empresa que só foi desocupada após o emprego da violência.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) era oposto à luta armada, porém, em 1967 o veterano comunista Carlos Marighela liderou um grupo que separou-se do partido e criou a Aliança de Libertação Nacional (ALN), junto com ela novos grupos surgiram, como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e a Ação Popular (AP). Esses grupos começaram a agir em 1968, com “expropriações”, que eram assaltos para reunir fundos. Esses movimentos de esquerda serviram para que os linha dura decidissem que a Revolução estava se perdendo e a democracia restrita já não era suficiente. No dia 13 de dezembro de 1968 Costa e Silva promulgou o AI-5, fechando o Congresso. (FAUSTO, 2014, p. 262 - 265).

O AI-5 é um divisor do regime militar no Brasil, com ele o presidente voltou a ter poderes para cassar mandatos, suspender direitos políticos e ainda demitir ou aposentar servidores públicos. A tortura tornou-se uma prática comum do governo e a censura aos meios de comunicação tornou-se rígida.

Um dos muitos aspectos trágicos do AI-5 consistiu no fato de que ele reforçou a tese dos grupos de luta armada, cujas ações se multiplicaram a partir de 1969. O regime parecia incapaz de ceder a pressões sociais e de se reformar, seguindo cada vez mais o curso de uma ditadura brutal. (FAUSTO, 2014, p. 265).

Em agosto de 1969 Costa e Silva sofreu um derrame e ficou paralisado, nesta ocasião os ministros militares optaram por substituí-lo sem respeitar a Constituição Federal que previa que o vice-presidente Pedro Aleixo era o sucessor de

direito. Nesta época criou-se também as penas de banimento para o brasileiro que “se tornar inconveniente, nocivo, ou perigoso à Segurança Nacional”, além disso, criou-se a pena de morte, que nunca veio a ser aplicada formalmente.

A partir de 1969 surgiu em São Paulo a Operações Bandeirantes (Oban), utilizada para torturas no eixo São Paulo-Rio. Na sequência surgiu o Destacamento de Operações e Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), os DOI-CODI eram os principais centro de tortura do regime militar, substituíram a Oban e estavam presentes em diversos Estados brasileiros.

Apesar da período conturbado na política a economia ia muito bem, o PIB de 1968 e 1969 atingiram respectivamente 11,2% e 10%, dando início ao chamado “milagre econômico”. A eleição para a substituição de Costa e Silva aconteceu em 25 de outubro de 1969, sendo eleitos para presidente o general Emilio Garrastazu Médici e vice-presidente o ministro da Marinha, Augusto Rademaker. Neste período a oposição ao governo tornou-se praticamente nula.

Os grupos armados urbanos, que a princípio deram a impressão de desestabilizar o regime com suas ações espetaculares, declinaram e praticamente desapareceram. Esse desfecho resultou, em primeiro lugar, da eficácia da repressão, que abrangeu os ativistas da luta armada e seus simpatizantes, constituída esta última sobretudo por jovens profissionais. Outro fator foi o isolamento dos grupos da massa da população, cuja atração por suas ações foi mínima, para não dizer nenhuma. A esquerda radical equivocara-se completamente, pensando poder criar no Brasil um novo Vietnã. (FAUSTO, 2014, p. 267).

O “milagre econômico” foi de 1969 a 1973, apresentando baixos índices de inflação e um PIB elevado. Vários fatores possibilitaram esses índices favoráveis: a situação econômica mundial com ampla oferta de crédito; o baixo índice de dívidas dos países em desenvolvimento; e o investimento estrangeiro. Porém, a concentração da renda estava quase toda nas mãos das classes alta e média. 52,5% da população economicamente ativa recebia menos de um salário mínimo e 22,8% recebia de um a dois salários

Em 1967 uma emenda à constituição alterou a forma de eleição de presidente da República. A eleição deveria ser realizada através de um colégio eleitoral composto por congressistas. Em 1973 o general Ernesto Geisel foi eleito pelo colegiado, vindo a assumir em 15 de março de 1974.

O governo Geisel se associa ao início da abertura política, que o general-presidente definiu como lenta, gradual e segura. Na prática a liberalização do regime, chamada a princípio de distensão, seguiu um caminho difícil, cheio de pequenos avanços e recuos. Isso se deveu a vários fatores. De um lado, Geisel sofria pressões da linha dura, que mantinha muito de sua força. De outro ele mesmo desejava controlar a abertura, no caminho de uma indefinida democracia conservadora. Evitando que a oposição chagasse muito cedo ao poder. Assim, a abertura foi lenta, gradual e insegura, pois a linha dura se manteve como uma continua ameaça de retrocesso até o fim do governo Figueiredo. (FAUSTO, 2014, p. 270 -271).

Apesar do governo Geisel ser apresentado como o início da abertura política ele ainda possuía a oposição linha dura, a tortura ainda era uma prática frequente, além dos “desaparecimentos” e os assassinatos pela repressão. Em 1975 Geisel suspendeu a censura aos jornais, apesar disso em outubro do mesmo ano o jornalista da TV Cultura de São Paulo Vladimir Herzog foi convocado a comparecer ao DOI-CODI para prestar esclarecimentos, contudo não saíra de lá vivo. Alguns meses depois, em 1976, o operário metalúrgico Manoel Fiel Filho foi morto de forma semelhante. Após diversas denúncias Geisel substituiu o comandante do exército local por um general de confiança. As torturas na dependência do DOI-CODI deixaram de existir, assim como o AI-5 em 1979.

Nas eleições de 1978 Geisel obteve sucesso na missão de eleger seu sucessor, o general João Batista Figueiredo que venceu no colégio eleitoral e assumiu o cargo em março de 1979. Figueiredo assumiu em um período de crise econômica, com duas missões: ampliar a abertura política e evitar o aprofundamento da crise econômica. Com uma inflação anual de 99,7% em 1982 e um PIB em declínio.

A situação financeira do país quando Figueiredo deixou o governo no início de 1985 era de alívio temporário e o país havia voltado a crescer, mas a dívida externa havia passado de US\$ 43,5 bilhões para US\$ 91 bilhões. (FAUSTO, 2014, p. 279).

As eleições de 1984 ainda foram indiretas e contaram com a candidatura de Paulo Maluf pelo Partido Democrático Social (PDS) e Tancredo Neves com o Paulo Maluf pelo Partido de Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). No dia 15 de janeiro de 1985 Tancredo neves venceu no colégio eleitoral e tornou-se o primeiro

presidente civil eleito após o regime militar que iniciou em 1964, apesar de não vir a assumir ao cargo.

O regime implantado em 1964 não foi uma ditadura pessoal. Poderíamos compará-lo a um condomínio em que um dos chefes militares – general de quatro estrelas – era escolhido para governar o país com prazo definido. A sucessão presidencial se realizava de fato no interior da corporação militar (...). Na aparência, de acordo com a legislação, era o Congresso quem elegia o presidente da República, indicado pela Arena, Mas o Congresso, descontados os votos da oposição, apenas sacramentava a ordem vinda de cima. (FAUSTO, 2014, p. 283 -284).

O regime militar do Brasil possuiu características autoritárias, contudo, esteve longe do fascismo. Com exceção do governo Médici, que possuiu características de um regime autoritário, os governos militares esteve mais próximo a uma situação autoritária. Apesar do governo ser autoritário a ideologia de esquerda, oposta ao governo militar, esteve presente em maioria nas universidades e nos meios culturais.

Com isso se quer expressar que, em meio a medidas de exceção e arbitrariedade, os governantes não assumiram o princípio de que um regime autoritário era desejável para o país e superior portanto à democracia. (FAUSTO, 2002, p. 513).

Resultados e Discussões ou Revisão de Literatura

Os objetos foram selecionados de acordo com sua dimensão de vendas no período do regime militar no Brasil (1964 – 1985). Durante o período do regime militar, dois dos mais importantes jornais impressos que existiram no estado estavam em circulação, a Gazeta do Povo e O Estado do Paraná.

Para ter acesso aos objetos de pesquisa foi necessária a visitação ao acervo da Biblioteca Pública do Estado do Paraná para coletar cópias das capas dos jornais. Para que a houvesse material de quantidade satisfatória foi definido que seriam quatro capas de cada impresso por data chave, porém nem todo o material estava disponível no acervo, conforme tabela.

Data do Jornal	Gazeta do Povo	O Estado do Paraná
27 de março de 1964	Disponível	Indisponível
28 de março de 1964	Indisponível	Indisponível
29 de março de 1964	Disponível	Disponível
30 de março de 1964	Indisponível	Indisponível
31 de março de 1964	Disponível	Disponível

1º de abril de 1964	Disponível	Disponível
13 de janeiro de 1985	Indisponível	Disponível
14 de janeiro de 1985	Disponível	Indisponível
15 de janeiro de 1985	Disponível	Disponível
16 de janeiro de 1985	Disponível	Disponível

As capas analisadas em ambos os jornais são dos dias 31 de março de 1964 e 1º de abril de 1964 para representar o período anterior a ditadura e para representar o período de início a redemocratização foram selecionadas as capas de 15 e 16 de janeiro de 1985. As datas foram selecionadas utilizando os seguintes critérios: Data que o regime militar foi instaurado e a eleição aconteceu e seu dia subsequente.

Em um recorte prévio foi possível analisar as capas definidas como objetos de pesquisa e sem a aplicação de alguma teoria foi observada algumas características de cada edição, conforme abaixo.

Gazeta do Povo

31 de Março de 1964

Nesta edição a manchete é a seguinte “Situação na marinha será reexaminada”, nesta matéria é discutida a crise que estava a ocorrer na instituição militar, além dela outros títulos ganharam destaque: “Ampliada a reunião de governadores: Encontros terão caráter secreto”; “Registrados novos combates em Chipre”; “Ney toma posição em defesa do regime e contra indisciplina”; porém a que mais se destaca é uma notícia em que presidente João Goulart agradece a homenagem recebida por militares, “JG defende de novo necessidade das Reformas de Base”.

1º de Abril de 1964

Manchete “Jair Dantas afirma: “Manterei a ordem””, ministro Jair Dantas foi incumbido pelo presidente da república de tomar ações legais contra o movimento de subversão ao regime democrático. Além da manchete outras matérias ganharam destaque: “Minas Gerais está isolado do resto do país: Bloqueio”; “Afonso Arinos afirma que minas está apenas servindo a liberdade”; “Governador do Pr. Apoia posição tomada por Magalhães Pinto”; e “Apelo na AL para o restabelecimento da normalidade”.

15 de Janeiro de 1985

“Um dia histórico ao Brasil” referindo se ao que seria a eleição de um presidente civil. “Tancredo preocupado com reunião de hoje”; e “Em debate, as mudanças na lei penal”. Nesta capa existem várias notícias internacionais.

16 de Janeiro de 1985

A principal matéria desta capa tem o seguinte título “Tancredo vence. Muita emoção. E grandes reformas anunciadas”. No texto é clara a alegria tanto dos políticos quanto do jornal. Outros títulos são: “Figueiredo está feliz”; Renegociação da dívida final”; e outras matérias internacionais.

O Estado do Paraná

31 de Março de 1964

A manchete desta edição é “Lideranças partidárias contra o processo de subversão nas instituições” reforçando a crise instaurada no país. Outra matéria destacada na capa é “Mazzili considera delicada a situação do país: convoca bancadas para a reunião”. O restante das chamadas são em grande parte internacional ou não possuem interesse político.

1º de Março de 1964

“Minas inicia reação contra Jango: Guarnição militar apoia o governador”, nesta matéria é relatado que o governador de Minas Gerais Magalhães Pinto está contra as reformas preconizadas pelo presidente da república João Goulart. Nesta capa existem diversas matérias sobre militares e a situação em que se encontrava o país: “Jair reassume e exonera generais do comando de minas”; “Manifesto do general Mourão Filho: Jango é chefe de governo comunista”; “São Paulo e II exército em marcha com Minas Gerais”; “Jango afirma que as aspirações populares não podem ser reprimidas pela força”; “Tropas do 1º exército deslocam-se para minas: nota oficial da presidência confirma rebelião”; “Ney Braga: Apoio a Magalhães Pinto e certeza de que a pátria há de reencontrar-se”; e “Governo suspende as aulas hoje e amanhã”.

15 de Janeiro de 1985

Nesta data a matéria que intitula a capa é “Hoje, o primeiro presidente civil depois de 20 anos” informando como procederá o dia dos deputados que participarão das eleições do novo presidente. Outros títulos são “Paraná, 43 no colégio”; “Futebolistas preferem as diretas”; e “Marcos receia um levante comunista”.

16 de Janeiro de 1985

“Tancredo eleito propõe grande mutirão nacional”, nesta manchete é descrito como ocorreu a votação. Outros títulos sobre política nacional são: “Tancredo recebe cumprimentos do exterior”; e “Multidão vaia Tancredo”.

Conclusão ou Considerações Finais

Em ambos os jornais é possível verificar os esforços para enfraquecer as notícias de manifestações comunistas. Nas capas da Gazeta do Povo de 1964, o foco principal é a crise que afeta a marinha e também a posição tomada por Magalhães Pinto governador do estado de Minas Gerais. Um dos títulos inclusive sugere que tal estado está se isolando do país: “Minas Gerais está isolado do resto do país: Bloqueio”, o que em uma análise prévia sugere que tal estado estaria contrário ao resto do país. No jornal O Estado do Paraná, as capas são marcadas por materiais que reforçam a crise política no país, além de apresentar diversas matérias demonstrando que a revolta contra o presidente João Goulart iniciou no estado de Minas Gerais mais abrange outros estados, como São Paulo e Paraná.

No ano de 1985 enquanto a Gazeta do Povo apresenta matérias que demonstram a satisfação da população, políticos e até mesmo da própria linha editorial após a eleição de Tancredo Neves, O Estado do Paraná apresenta matérias objetivas sobre o acontecido, inserindo na capa inclusive notícias que afirmam que Tancredo havia sido vaiado por uma multidão e até mesmo blocos falando sobre a elevada inflação, como se colocasse os pés do leitor no chão para que não houvesse euforia demasiada.

O direcionamento desta pesquisa é verificar a existência de parcialidade por parte de um ou ambos os jornais, de que forma ela se apresenta e se possível quais os seus principais motivos.

Referências bibliográficas

AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC,1999.

BOBBIO, N. A teoria das formas de Governo. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

CERVI, E. MASSUCHIN, M. DALDEGAN, M. 2011. Visibilidade de liderança política nas primeiras páginas dos jornais: um estudo comparativo entre a cobertura durante a ditadura e democracia. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2011.133.06>>. Acesso em 17 de novembro de 2015.

FAUSTO, B. História Concisa do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

FAUSTO, B. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

FERNANDES, J. DOS SANTOS, M. Todo dia nunca é igual: notícias que a vida contou em 90 anos de circulação da Gazeta do Povo. Curitiba. Editora Gazeta do Povo, 2010.

FIECHTER, G. O regime modernizador do Brasil, 1964/1972. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1974.

KINZO, M. 2001. A democratização brasileira um balanço do processo político desde a transição. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000400002&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em 05 de junho de 2016.

LOPES, P. 2007. O movimento diretas já e a cobertura do jornal Zero Hora: Uma análise a partir da Agenda-Setting. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/lopes-poliana-o-movimento-diretas-ja-e-a-cobertura-do-jornal.pdf>>. Acesso em 05 de junho de 2016.

MCCOMBS, M; SHAW, D. 1972. The agenda-setting function of mass media. The Public Opinion Quarterly, 36(2):176-187.

NASCIMENTO, A. OLIVEIRA, K. DIAS, N. REIS, M. 2013. A ditadura militar e a censura no jornal impresso (O Estado de São Paulo). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/qt-historia-da-midia-impressa/a-ditadura-militar-e-a-censura-no-jornal-impresso-o-estado-de-sao-paulo>>. Acesso em 05 de junho de 2016.

REIS, D. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

TEIXEIRA, F. Uma construção de fatos e palavras: Cícero e a concepção retórica da história. Varia hist., Belo Horizonte, v. 24,n. 40, Dec. 2008. pp. 557-558.